

'Centrão' tem dissidência que promete reunir 50 parlamentares

Wanda Célia

BRASÍLIA — O *Centrão* enfrenta uma dissidência que poderá somar até 50 parlamentares e poderá levá-lo a perder a maioria na Constituinte. Coordenados pelo deputado Ubiratam Aguiar (PMDB-CE), os dissidentes articulam um novo grupo político de centro para restaurar conquistas aprovadas pela Comissão de Sistematização em quatro capítulos do texto constitucional: Ordem Econômica, Saúde, Educação e Garantias Individuais.

Ubiratam Aguiar comunicou às principais lideranças da Constituinte a existência dos dissidentes e seu desconforto com o projeto apresentado pelo *Centrão* "Apoiamos o *Centrão* para a reforma do regimento, mas não estamos com nossos votos comprometidos", disse ele, prometendo reunir entre 50 a 60 parlamentares no novo agrupamento.

Substituição — A possibilidade de divisão do *Centrão* gerou expectativas ao longo da sessão de ontem. O relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS), tão logo soube da dissidência, afirmou: "Este é o principal fato político da Constituinte depois do surgimento do *Centrão*". Segundo Fogaça, caso o grupo reúna os 50 parlamentares, será possível reverter toda a correlação de forças existentes hoje no Congresso. Ele acredita até na retirada do texto do *Centrão* da vanguarda das votações, sendo substituído pelo votado na Comissão de Sistematização.

O senador Mário Covas, líder do PMDB, já recebeu emissários dos dissidentes que foram lhe abrir portas de negociação. Ele acha que no novo grupo estarão basicamente ex-integrantes do Centro Democrático, o primeiro grupo de aglutinação dos políticos de centro a se formar na Constituinte. O líder do antigo Centro Democrático, Expedito Machado (PMDB-CE), apóia os dissidentes. "Só existiu união no regimento, mas agora o pessoal acordou", observou.

Radicalização — O ponto de divergência dos dissidentes com o *Centrão*

está no texto constitucional em votação, segundo Ubiratam Aguiar. Ele entende que muitos políticos não vão abrir mão dos compromissos com seus eleitores para acompanhar as lideranças do grupo.

De acordo com o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), o *Centrão* não conta sempre com a maioria de 280 votos: "Eles radicalizaram suas teses pela direita, esquecendo que liberais e conservadores não dão o voto reacionário". Já o deputado Saulo Queiróz (PFL-MT) vê a situação de forma mais simples: "O *Centrão* não é mais aquele".

Empenhado no esvaziamento do plenário para não dar número à votação do direito de propriedade, o comando do grupo não aceitou falar em ameaça à sua maioria. "Nós estamos tentando negociar com o maior número possível de companheiros do texto constitucional, e até agora não perdemos nenhuma disputa aqui dentro", afirmou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Arquivo — 15/10/87

Ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-secretário de estado, Ubiratam Aguiar vem conversando também com o governador do Ceará, Tasso Jereissati. Segundo ele, nessas conversas sua intenção é explicar a Tasso que sua posição é de apoio a um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney "porque um trem da história não passa duas vezes". O deputado, contudo, não condena os defensores dos cinco anos porque se diz preocupado "com o bom andamento da transição".

Envolvido na articulação nos estados, o deputado Ubiratam Aguiar garante às lideranças que vai reunir um mínimo de 50 a 60 constituintes no novo grupo de centro. Até agora, porém, ele não revela os nomes dos colegas com os quais vem conversando. Limita-se a informar que estão sendo feitas coordenações nos estados para discussão da proposta. E enumera os seguintes articuladores, todos do PMDB: Geraldo Fleming (AC), Arnaldo Moraes (PA); Marcos Lima (MG); Luiz Soyer e Naphtali Alves (GO); Expedito Machado (CE); Chagas Neto (RO) e Antonio Câmara (RN).



Expedito: no bolso de Aguiar

Um olho nos debates, outro nas câmeras

No mínimo, é curiosa, e em parte pode ser verdadeira, a tese que o bem-humorado deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) costuma defender nas rodas de cafezinho ou nos restaurantes do Congresso em meio a seus colegas habituados a escutar com atenção qualquer coisa que se lhes conte. "A televisão é culpada por grandes confusões que ocorrem na Constituinte", comenta. "Prestem atenção: basta que seja acionado um daqueles refletores que acompanham os cinegrafistas para que, logo, logo, estoure algum tumulto."

Vai mais longe o deputado, e incorre em evidente exagero: "Se não fosse permitido o acesso da televisão ao plenário, é possível que a futura Constituição já estivesse promulgada." A televisão deixou de ter acesso ao plenário quando a Constituinte começou a votar, em janeiro passado, o projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização e emendado pelo *Centrão*. Deve-se o ritmo lento da Constituinte ao processo que ela mesmo adotou e ao fato de não ter partido de um anteprojeto de Constituição. Partiu do zero.

Quanto ao fascínio que os refletores da TV exercem sobre os parlamentares em geral — e sobre alguns deles em particular —, o deputado, de fato, tem razão, e pode até apontá-lo como a fâsca capaz de detonar, algumas vezes, ácidas discussões, entreveros sem sentido, agressões verbais, trocas de tapas e de empurrões. "De pouco adianta o duro que damos aqui dentro se o eleitor não tomar conhecimento dele", argumenta o deputado José Jorge (PFL-PE) — por sinal, um dos mais aplicados constituintes. "Só a televisão empresta repercussão ao que fazemos."

Foi para ganhar espaço na TV e, de quebra, a primeira página dos jornais

que um índio aculturado, elegantemente vestido e exibindo na mão direita uma pulseira de ouro, subiu no ano passado à tribuna da Câmara, pintou o rosto com tinta preta em sinal de luto e denunciou a situação de penúria em que vivem seus irmãos de tribo. O estrepante deputado do PTB que nesta semana ergueu em triunfo um penico com a sigla da CUT teve menos sorte: não foi focalizado pelas câmeras. Ganhou, em compensação, espaço nos jornais.

— Isso aqui, às vezes, é um grande teatro — confessa, aborrecido, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP). Está certo — um teatro onde senadores e deputados se esforçam por desempenhar os papéis principais. É natural que seja assim. Colega de bancada de Lula, o deputado José Genoíno, ex-guerrilheiro, à parte sua competência no exercício do mandato, é um hábil manipulador da atenção que a imprensa dedica à Constituinte. São comuns as ocasiões em que intervém nos debates ou provoca integrantes do *Centrão* para assegurar espaço nos noticiários de TV.

Forma, juntamente com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes da direita na Constituinte, uma dupla imbatível na peculiar disputa que se trava todos os dias no Congresso para ver quem é capaz de produzir mais alvoroços e, conseqüentemente, mais notícias. Se nada está acontecendo, Genoíno e Cardoso Alves atuam para romper a pasmaceira. Segue-os de perto o deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara, especialista em estrear confusões no plenário.

Foi assim anteontem. Righi e o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, discutiram e trocaram empurrões no plenário durante a sessão da Constituinte. Ao saírem para o salão verde da Câmara, reencontraram o episódio diante dos cinegrafistas que não tinham podido registrar a discussão original. O espetáculo às vezes não visa os refletores, destina-se somente ao público interno. Comandou-o, anteontem, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara Federal.

No exame do artigo do projeto de Constituição que define a função da propriedade privada, nem o *Centrão* tinha os 280 votos necessários para aprovação de sua emenda, nem a liderança do PMDB tinha 280 votos para manter o que lhe desejava. Ulysses

suspendeu a sessão para dar tempo a que se chegasse a algum tipo de acordo. "Mostre-se revoltado, revoltado", ordenou Sant'Anna a um inexperiente deputado de primeira legislatura, o ex-ministro Delfim Netto (PDS-SP). A ordem foi ouvida pelo experiente Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), que imediatamente começou a protestar:

— É um absurdo, um absurdo, o Ulysses aplicou um golpe de mão para nos prejudicar.

Sant'Anna quis deixar na liderança do PMDB a impressão de que o *Centrão* parecia seguro de dispor de 280 votos no plenário. "Se votássemos hoje, ganharíamos", declarou o senador Mário Covas para assustar Sant'Anna. Mais tarde, longe dos jornalistas e de seus colegas de bancada, Covas e o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), a liderança mais eficiente do *Centrão*, começaram a acertar um acordo para votação do artigo.

Sonho ainda de pé

O senador José Richa (PMDB-PR) ainda não perdeu a esperança de ver realizar-se seu sonho de introduzir o parlamentarismo no país. Richa concorda que morre a idéia do "parlamentarismo já", tão logo seja promulgada a nova Constituição. "Não daria certo, o Sarney torpedearia a instalação do novo sistema de governo", admite. Mas acha que está de pé, e que reúne grandes chances de ser aprovado, o parlamentarismo começando a vigorar com a posse do futuro presidente da República. O parlamentarismo de Richa viria acompanhado do mandato de quatro anos para Sarney.

Arinos abençoa

"Desde a instalação da Constituinte, aqui foram ouvidos dois grandes discursos: do Mário Covas, ao se eleger líder do PMDB, e agora o seu", observou o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) ao deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara Federal. O senador ganhou um abraço comovido do elogiado. O discurso do deputado girou em torno da tese da equiparação com crimes do ato de terrorismo com o ato da tortura — "ambos condenáveis porque atentam contra os valores mais caros da Humanidade". A tese de José Lourenço prevaleceu na Constituinte.

Ricardo Noblat

Manifesto já tem esboço

"Não acredito que deputados do PMDB possam permanecer sob a liderança de José Lourenço, Ricardo Fiúza e Bonifácio de Andrada", diz Ubiratam Aguiar para justificar sua intenção de minar a maioria do *Centrão* com a articulação de um novo grupo de centro na Constituinte. Cearense e baixinho, Ubiratam Aguiar garante que não quer aparecer como coordenador da dissidência do *Centrão* "porque o que interessa não é vededismo, mas o resultado do trabalho que estamos propondo".

No bolso de Ubiratam Aguiar, está rascunhado um esboço do manifesto para coletar assinaturas dos colegas de centro que quiserem largar o *Centrão*. Na próxima segunda-feira, ele promete divulgar sua primeira lista de companheiros. Ontem, no Palácio do Planalto, ele já antecipou para o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, suas primeiras conversas. Embora seja mais um grupo no PMDB, ele disse que o movimento vai ajudar na restauração da unidade do partido. Hoje, às 11 horas, ele fala com o senador Mário Covas.

Grupo ignora acordo e deixa plenário para evitar votação

BRASÍLIA — O *Centrão* impediu que a Constituinte votasse a definição do direito de propriedade, mesmo existindo um texto de consenso entre a maioria dos parlamentares. A proposta de acordo mantém a exigência dos conservadores de que as indenizações por desapropriação sejam em dinheiro, mas incluiu a tese da esquerda de que o direito de propriedade seja subordinado ao bem-estar social. A direita não concorda com este último item. Alguns líderes do *Centrão*, como os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lourenço (PFL-BA), retiraram vários companheiros do plenário para que não houvesse quórum. A emenda do *Centrão* só obteve 244 votos a favor, quando necessitaria de 280 para ser aprovada.

Na segunda-feira haverá nova tentativa, e os líderes do grupo acreditam que poderão levar ao plenário um bom número de parlamentares favoráveis ao texto do grupo. Mesmo assim, como admitiu o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), será difícil obter os 280 votos porque uma ala expressiva já está fechada com o texto do consenso, apresentado ontem.

Outro dado impediu que o *Centrão* votasse pelo acordo: mais de 200 constituintes, depois de definido o direito de propriedade, poderão diminuir sua frequência ao plenário.

A liderança do PMDB se convenceu, com a saída do *Centrão* de plenário, que mais tarde poderá manter, no texto constitucional, a desapropriação de terras por títulos da dívida agrária e não por dinheiro. Isso porque, quando há acordo, consegue trazer constituintes do grupo em número suficiente para serem aprovados os textos negociados.



Lourenço convoca o 'Centrão' para deixar o plenário

As versões, até o acordo

Três propostas sobre o direito de propriedade estão em debate:

Sistematização — A propriedade privada é protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso.

Centrão — É assegurado o direito de propriedade. A lei estabelecerá o pro-

cedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Negociada — "É assegurado o direito de propriedade, protegido pelo Estado e subordinado ao bem-estar social. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação, pelos poderes públicos, nos casos de necessidade e utilidade públicas, ou interesse social mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição."

Ulysses quer tirar cartazes

Horas antes de assumir interinamente a Presidência da República, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, encaminhou ofício pedindo que a Procuraria-Geral da República determine a apreensão imediata dos cartazes afixados em vários pontos de Brasília e do Rio de Janeiro, e nos quais os integrantes do *Centrão* aparecem como traidores do povo. Segundo Ulysses, a afixação desses cartazes, que contêm fotografia, nome e telefone de quem vota nas propostas do *Centrão*, configura "constrangimento ilegal e lesão à dignidade dos constituintes", de acordo com o artigo 140 do Código Penal, citado no ofício.

Ulysses comunicou a decisão durante sessão da Constituinte, de manhã, e foi intensamente aplaudido. Na mesma sessão, vários constituintes que tiveram suas fotografias estampadas — alguns por engano, como a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que pertencem ao Grupo dos 32 e ao Grupo Entendimento, respectivamente — fizeram protestos veementes contra os cartazes.

Sandra disse que, por causa das ameaças que vinha recebendo por telefone, teve de retirar sua mãe de casa e alojá-la em local seguro. O líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, pediu da tribuna desculpas a Sandra Cavalcanti, "pelo engano", mas afirmou que os cartazes continuarão a ser espalhados pelas cidades.

Vocabulário enriquece

O impasse na votação fez com que novas expressões começassem a circular no plenário da Constituinte:

Buraco branco — Quando uma proposta coletiva com mais de 280 assinaturas quer mudar o texto já aprovado da Sistematização e não atinge, na primeira votação, os 280 votos. A sessão é suspensa por 24 horas, depois ocorre nova votação.

Buraco negro — Quando um capítulo, ou emenda, não é aprovado por 280 votos. Nesse caso, vota-se o texto original. Caso também não se consigam os

280 votos, e não houver mais nada para votar no lugar, cria-se o buraco negro.

Em 48 horas, o relator ou um grupo de mais de 280 constituintes podem formular nova proposta para o artigo.

Buraco cinza — Criado ontem pelo deputado Ulysses Guimarães. Se determinado item, que não se enquadra nos casos de buraco negro, também não alcançar 280 assinaturas, abre-se prazo de 72 horas para votação de nova proposta, mas as sessões não ficam suspensas. Deixa-se de lado aquele item específico e segue-se a votação do restante.